



A MEDALHA CHICO MENDES DE RESISTÊNCIA: APONTAMENTOS

Rafael Maul de C. Costa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

rafamaulc2@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta a trajetória da Medalha Chico Mendes de Resistência (MCMR), organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ), em parceria com outros movimentos sociais e entidades de defesa dos Direitos Humanos (DH), desde 1989. São apontamentos sobre um evento que entre 1989 e 2017 concedeu mais de 320 medalhas à indivíduos e organizações. Considera-se que a MCMR simboliza e materializa o processo de construção de uma concepção de movimento social de DH, que se transforma ao longo do tempo, mas que parte da compreensão de que essas são lutas contra a violência de Estado.

Palavras-chave: Medalha Chico Mendes; Direitos Humanos; Tortura Nunca Mais.

Abstract:

In this paper we present the trajectory of the Chico Mendes Resistance Medal (MCMR), organized by the Torture Never More Group of Rio de Janeiro (GTNM-RJ), in partnership with other social movements and entities in defense of Human Rights, since 1989. These appointments refer to an event that, up to 2017, has granted more than 320 medals to individuals and organizations. We consider that the MCMR stands as a symbol and materialization of the process of building up the concept of a social movement of human rights that evolves over time, starting from the understanding that this struggle is against the violence of the State.

Key-words: Chico Mendes Medal, Human Rights, Torture Never More.

Dois Franciscos que viveram
sob a mesma diretriz,
Um Francisco, Chico Mendes
Outro Francisco de Assis

Duas alams desprendidas,
Tanto puras quanto nobres,
Um guardião da floresta,
Outro ajudante dos pobres.

Sabiam bem os segredos,
As veredas e caminhos,
Um irmão dos arvoredos,
Outro dos passarinhos.

Lutraram pelo seu povo
Com seus sonhos mais bonitos,
Um defendia os humildes,
Outro amparava os aflitos.

Dois Franciscos dois meninos
Espíritos de grandeza,
Ambos deram suas vidas
Pelo bem da natureza.

O nome de cada um deles
Se fala por todos os cantos,
Chico Mendes virou mártir
São Francisco virou santo.

Paulo Cesar Pinheiro¹

Os últimos dois anos do governo Sarney são o marco inicial de nossa reflexão. Ainda sem eleições diretas para presidente, um governo com um civil que participou de todo o período da ditadura, responsável pelos momentos finais de um duro processo de transição lenta, gradual e segura (para quem já estava no poder). Em 22 de dezembro de 1988, o ano da Constituinte Cidadã, um dos cidadãos que lutavam contra o latifúndio e pelos direitos dos trabalhadores e povos da floresta amazônica é assassinado. Chico Mendes foi morto pouco menos de dois meses depois de Valmir, William e Barroso, operários da CSN assassinados pelo exército em uma greve. Em 31 de março de 1989, “alguns oficiais do Exército

¹ Poesia lida pelo seu autor – um dos homenageados - na Cerimônia de entrega da 28ª Medalha Chico Mendes de Resistência em 1º de abril de 2016 que aconteceu na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Centro do Rio do Rio de Janeiro.

homenagearam com a mais alta comenda desta arma, a Medalha do Pacificador², vários militares e civis que participaram ativamente dos órgãos de repressão durante o período ditatorial (1964-1985)” (Diretoria do GTNM-RJ, 2009: p. 7)³. Esses são alguns poucos exemplos de como, entre tiros, constituintes, bombas, lutas e escárnios, foi se pintando a tela do fim de um período e, ao mesmo tempo, se (re)constituindo o Estado. As próprias formas de luta contra o Estado e suas violências foram, entretanto, também se (re)constituindo, compreendendo, inclusive, divergências profundas entre si.

É nesse contexto que o GTNM-RJ decide criar a Medalha Chico Mendes de Resistência, “como uma forma de responder às condecorações feitas aos militares que participaram do golpe de 64, no último dia 31 de março, no prédio onde funcionou o antigo Doi-Codi” (Jornal do Brasil, 08/07/1989). O marco do ano de 1989 é também simbólico enquanto ano de concretização do processo constituinte, de eleição direta para presidente e da queda do Muro de Berlim. A MCMR inscreve-se, assim, como um instrumento de luta e, portanto, de uma *práxis* de movimento. No projeto da Medalha, o GTNM-RJ justifica sua criação:

Considerando a necessidade de se agraciar e incentivar os que se destacam nas lutas de resistência popular, contra a repressão e todas as formas de violência institucionalizada; (...) principalmente neste momento em que as ameaças de morte e a violência de um modo geral atingem nossos companheiros e aqueles que as praticam continuam impunes, ocupando cargos no serviço público e sendo agraciados com medalhas e condecorações; (...). A medalha (...) é mais uma maneira de continuarmos nossa luta, em todas as instâncias (...). (GTNM-RJ, 1989)

Neste sentido o Grupo vai definir como possíveis agraciados

(...) os que tombaram e os que se destacaram:
Na luta contra as ditaduras militares, a tortura e a impunidade;
Nas lutas populares de resistência;
Na defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos;
Na luta contra a violência urbana e rural (GTNM-RJ, 1989)⁴

2 Seria interessante falar mais aqui sobre a Medalha do Pacificador, entretanto, não teremos espaço. Vale pontuar que a lista de *agraciados* com essa comenda é vasta, incluindo importantes intelectuais, como o professor Francisco Carlos Teixeira, passando pelo agente da repressão Brilhante Ustra, até o, também agente da repressão e “contraventor”, Capitão Guimarães. A figura do Pacificador (Duque de Caxias) e a ideia de pacificação tem alcances largos na história da repressão no Brasil. Sobre estas questões a produção, tanto acadêmica, quanto jornalística, já é vasta. Para algumas referências, ver, por exemplo: SOUZA et al., 2017; CHACON, 2017; AQUINO, 2009; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200714.htm>.

3 Como a MCMR nunca foi objeto de análise sistemática, opta-se aqui por, neste primeiro momento, referir-se constantemente ao livro coletivo publicado pelo próprio GTNM-RJ, por ocasião dos 20 anos da Medalha, com verbetes e biografias dos homenageados, assim como pequenos textos de síntese. As referências serão, evidente, das/dos autoras/es dos verbetes e textos, constantes em: COIMBRA, BULCÃO e AQUINO, 2009.

4 Inicialmente é definida uma comissão para anualmente escolher as entidades e pessoas homenageadas. Esta comissão, contudo, vai sendo modificada. Uma análise mais detida sobre as entidades participantes deve ser realizada em momento posterior. Para este artigo vale citar as primeiras entidades: ABI, OAB-RJ, FAMERJ, CONDEPAZ, SERPAJ-AL, CPT, COSPLAM, Comitê Chico Mendes, Articulação do Solo Urbano, Sind. dos

Neste artigo realizaremos um primeiro levantamento sobre o perfil de homenageados, a partir de algumas categorias consideradas aqui representativas para pensar o processo das lutas sociais no Brasil. São apontamentos para um balanço, que necessita, ainda, de cruzamento com outras fontes. Ainda assim, objetiva contribuir no debate sobre o entendimento de uma concepção de movimento social de DH pelo GTNM-RJ, subjacente e incorporada na história da MCMR, pelo conjunto das pessoas e movimentos homenageados e a abrangência das lutas, pelos motivos das homenagens e pela forma de construção da medalha – com participação de outras entidades. Chamar a atenção para a MCMR é também valorizar a importância de eventos que, como este, são e foram instrumento de visibilização e fortalecimento de lutas que, não fossem as redes de apoio, solidariedade e companheirismo, poderiam sofrer ainda mais com a violência, além de serem apagados pela história oficial. A MCMR é, assim, um instrumento autônomo de construção da *Memória, Verdade e Justiça*.

Consideramos aqui que ideia de DH pode comportar as mais diversas formas de luta, em especial se considerarmos uma concepção contrahegemônica e anticapitalista. Sobre essa concepção, as psicólogas e militantes do GTNM-RJ Cecília Coimbra e Beatriz Leitão, ao refletirem sobre as relações entre o movimento zapatista do México, a psicologia e os DH, chamam a atenção para que este é uma produção histórica advinda de prática sociais e não um objeto natural, portanto, podendo ser entendida como voltada “para uma perspectiva de mudança, transformação e invenção, onde sejam afirmadas práticas solidárias” (COIMBRA e LEITÃO, 2009: p. 71).

As articulações entre organizações e pautas dos movimentos sociais, em busca de transformações profundas contra as opressões e as violências de Estado, em determinado período cronológico, formam um movimento que comporta contradições (e dissensões) muito diversas. O conjunto dessas lutas, entretanto, está em constante conflito com o movimento/processo histórico de fortalecimento do Estado. A história da MCMR, contribui na construção de uma concepção de movimento que não é nem única, nem muito menos estática. Suas contradições e acordes dissonantes ajudam a compreender a própria construção do movimento, levantar elementos de crítica e indicar caminhos na sua continuidade.

Perfis de homenageados e cortes de análise

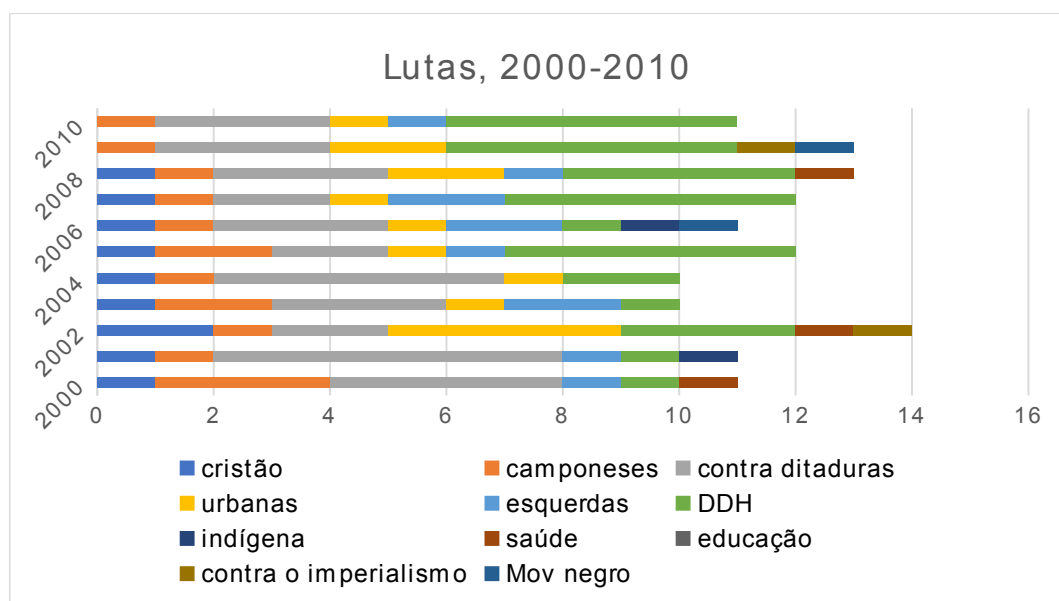
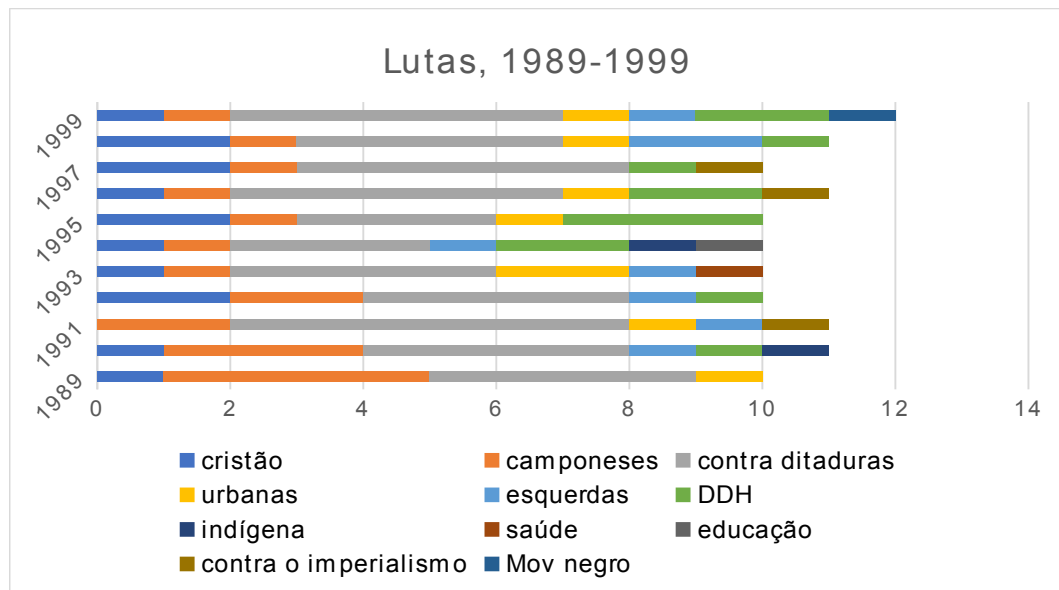
Jornalistas e Comissão de DH-ALERJ, além de um familiar de Chico Mendes. Algumas dessas foram deixando de participar, ou participando apenas em alguns anos, porém, muitas outras foram também se agregando, como, por exemplo, CRP-RJ, Instituto DDH, Justiça Global, MST, PCB, CEBRASPO, CEJIL, OCAC e Rede de Comunidades Contra a Violência.

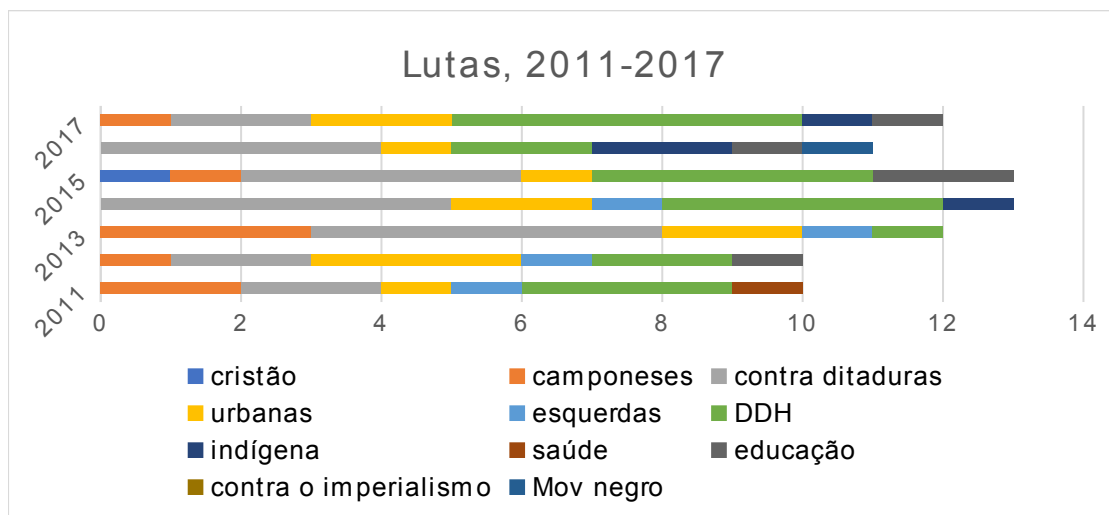
A concessão da MCMR se dá em função do reconhecimento das lutas em prol dos DH. Essa luta, na perspectiva do GTNM-RJ, se diferencia de um objetivo humanizador do capitalismo e, portanto, se constitui enquanto uma inserção ativa, propositiva e resistente em um conjunto de movimentos anticapitalistas, que realizam ações de desestabilização e contestação das mais diversas opressões. Podemos considerar que a escolha de homenageados pela MCMR revela, portanto, um cruzamento de construções que passam pelas entidades parceiras que estão junto ao GTNM-RJ nas conjunturas específicas, pelas análises sobre estas conjunturas e pelo processo de construção do Grupo (com inserções possíveis, intencionadas e “provocações” de outros movimentos).

Tendo em vista a concepção de DH do GTNM-RJ e as variações no processo de escolha de homenageados, torna-se necessário mesclar, enquanto categorias de análise do perfil, os motivos que levam à escolha e outros elementos que as trajetórias dos homenageados representam até o momento da concessão da Medalha. Como veremos, não será possível dar conta de tudo o que representa a experiência de um homenageado⁵. Sendo mais objetivo, o GTNM-RJ pode estar homenageando um sindicalista por sua história na luta pelos direitos de trabalhadores rurais (e por ter sido colocado em risco de vida), contudo, esse mesmo sindicalista pode ser negro (com envolvimento mais ou menos orgânico na luta antirracista) e, ainda, religioso (seja qual for a matriz). Uma vez que análise aqui realizada se dá a partir de apontamentos de uma pesquisa em fase inicial, alguns cruzamentos poderão ser priorizados, enquanto outros ainda estarão de fora. No caso hipotético acima, podemos considerar a questão racial e de gênero para realizar algumas problematizações, porém, a questão religiosa apenas estará presente se estiver evidente em sua biografia e na intencionalidade da homenagem.

Não obstante as dificuldades em mensurar todos os aspectos representativos das lutas e vidas de homenageados, não resta dúvida de que a MCMR contribuiu ao longo dos anos para a visibilidade de diversas lutas e pessoas que estavam, inclusive, sob risco de perder a vida. Isso ficará claro na análise dos gráficos *Lutas*, mesmo que o levantamento seja ainda parcial, ou seja, não levando em consideração todos os cruzamentos da experiência de um homenageado.

5 E. P. Thompson, ao elaborar seu conceito de experiência, constrói a imagem hipotética de uma mulher inglesa em que múltiplas determinações se cruzam, sendo cada perspectiva de análise de sua experiência de fato uma perspectiva, que não dá conta de todas as determinações que formam sua experiência. Estamos aqui considerando experiência a partir da formulação deste historiador (THOMPSON, 1981: p.169).





Desde o início de sua história, a MCMR homenageia a luta camponesa, por exemplo. É de uma importância enorme, em um país onde as câmeras estão voltadas para as cidades e o agronegócio é exaltado pela grande mídia e por todos os governos, chamar a atenção para as lutas de, por exemplo, diversos sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) (diversos anos), Wilson Pinheiro (1990), militantes presos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (diversos anos), Liga dos Camponeses Pobres (LCP) (2017), Elizabeth Teixeira (1989), Ivonete Tonin (1993), Movimento Camponês de Corumbiara (1997), Ivair Higino (1999), Keno (2008) e diversos outros. São movimentos e pessoas ameaçados e assassinados por grandes empresas e pelo Estado, que ganham visibilidade, nacional e internacional para seguirem vivos, lutando e para serem reconhecidos e valorizados por essas lutas.

As *lutas contra as ditaduras*, por exemplo, comportam homenageados que: continuaram lutando após o fim destas; organizações que lutam contra os efeitos provocados pelas ditaduras, brasileiras e internacionais e; todos os mortos e desaparecidos. É uma ação (entre outras) de *memória e verdade*, pressionando pela *justiça*, chamando ainda a atenção para as continuidades dos crimes e para uma outra leitura da história. Para efeitos da análise aqui realizada, torna-se, assim, uma categoria “inchada”, uma vez que é regra a homenagem à dois mortos e desaparecidos brasileiros todo ano. Isso impede, por outro lado, que possamos incluir casos como os Jorge Carelli e Amarildo, desaparecidos da democracia, na categoria de mortos e desaparecidos, o que seria uma definição importante na intenção de reforçar uma identidade que está na origem do GTNM-RJ, de reconhecer a continuidade das formas de violência do Estado e sua consequente, e necessária, denúncia (a história de Jorge e Amarildos, entretanto, estarão presentes e igualmente visibilizadas no conjunto das medalhas). Essa categoria ainda restringe a nossa análise no sentido de que as lutas contra a

ditadura eram, em geral, também lutas urbanas, camponesas, contra o imperialismo, por saúde, educação, realizadas muitas vezes por, mulheres, negros e indígenas, etc.. Mas está assim colocada para marcar que os motivos centrais das homenagens se dão em função das ditaduras.

A categoria *cristão* aparece por considerarmos que a quantidade de sacerdotes religiosos cristãos (a maioria absoluta católicos) revela não apenas uma força de luta, mas também uma questão que deve ser futuramente problematizada, sobre como vem se entendendo o lugar das religiões em processos de luta e transformação social. São, entretanto, todos sacerdotes que dedicaram suas vidas na defesa dos direitos e da dignidade de diversos setores oprimidos na sociedade. *Esquerdas* diz respeito à diversas pessoas que foram homenageadas por uma história de militância que não está restrita à uma pauta, mas, tampouco podem ser “empurradas” para o guarda-chuva maior dos DH. Em *urbanas* estão as lutas, os tombados e organizações desde sindicais até contra a violência. *Contra o imperialismo* restringe-se à resistência de povos contra a opressão de Estados imperialistas – valorizam-se aqui povos que resistem à violência e à propaganda enganosa da grande mídia, como do Timor Leste e da Palestina.

Os homenageados internacionais estarão diluídos em outras categorias, apesar das entidades internacionais estarem quase todas incluídas em *defensores dos DH*, categoria esta, por sua vez, que engloba um guarda-chuva tão grande que poderia, à rigor ser uma *não categoria*, se entendemos todas essas lutas como de DH em algum nível. Está assim redigida, portanto, exatamente para abarcar outras que, por força do espaço de análise, não estão subdivididas. Devemos, contudo, chamar a atenção para a importância de visibilizar o máximo possível os chamados defensores de DH, não apenas como forma de valorizar lutas que são solidárias à diversas realidades de opressão, mas também porque os próprios defensores são alvos sistemáticos de ameaça e de atentados, no mundo, na América Latina – em especial – e no Brasil como se pode ver pelos dados levantados pela Anistia Internacional para os anos 2016-2017, por exemplo (<https://anistia.org.br/noticias/ataques-letais-mas-evitaveis-assassinatos-e-desaparecimento-de-defensores-dos-direitos-humanos/>).

O que dizer, ainda, da importância de homenagens à indígenas brasileiros e latinoamericanos, desde sempre espoliados. As homenagens ao Cacique Babau, da Bahia (2017) e a Juana Calfunao Paillalef (Mapuche presa no Chile) (2006) permitiram que estes saíssem da prisão para receberem a Medalha e, assim, pudessem denunciar as violências que estavam sofrendo na defesa de seus povos.

Apesar da importância incontestável da Medalha como instrumento do movimento social, contudo, voltaremos o olhar aqui de forma crítica, não para desvalorizar este instrumento, mas no entendimento de que os avanços das lutas sociais tornam necessárias as reavaliações e a compreensão de como há ainda muito o que ser visibilizado, valorizado, assim como, muito contra o que lutar. Para agregar mais força, portanto, a este instrumento.

Dentre as categorias levantadas, dar-se-á prioridade aqui àquelas que nos permitem levantar questões sobre como tem sido tratados *alguns elementos* das lutas contra o racismo e contra violência de gênero. Essa escolha se dá enquanto uma provocação crítica, a partir da hipótese de que, apesar destas lutas estarem presentes nas medalhas e na concepção de defesa dos DH do GTNM-RJ, não estiveram durante esses 30 anos como questões centrais na concessão das medalhas. Os limites impostos pelo formato do artigo e pelo estágio da pesquisa, contudo, não permitem ainda precisar como essas questões – inseparáveis dos processos que constituem a classe trabalhadora, o capitalismo e suas opressões – estão presentes na totalidade das homenagens ao longo desses anos.

Nas questões raciais, por exemplo, não será possível ser assertivo em muitos momentos, seja por passar elementos objetivos e subjetivos de autoidentificação, assim como por afirmações culturais (todas difíceis de indicar externamente, sem consulta às próprias pessoas homenageadas), seja por dificuldades específicas de acessar as informações de todos os homenageados. Um exemplo disso pode ser relacionado às diversas pessoas atingidas pela violência de Estado no campo e na cidade. Assassinadas, mães, pais, presas, torturadas; são em sua maioria no Brasil pessoas negras, mesmo não podendo afirmarmos a identidade negra para todas as homenageadas. Incluiremos aqui também a questão indígena que se liga diretamente às lutas antirracistas, mesmo com especificidades que não abordaremos, seja nas formas que se dão as opressões e violências, seja nos desdobramentos das lutas em forma de leis e ações afirmativas. Neste país, como em muitos outros, a luta coletiva contra a violência de Estado deveria ser vista sempre como antirracista, mesmo quando levada (também) por não negros e não índios. O que pretendemos aqui é, contudo, ultrapassar o mero reconhecimento deste fato, mas também avançar para sua afirmação e construção.

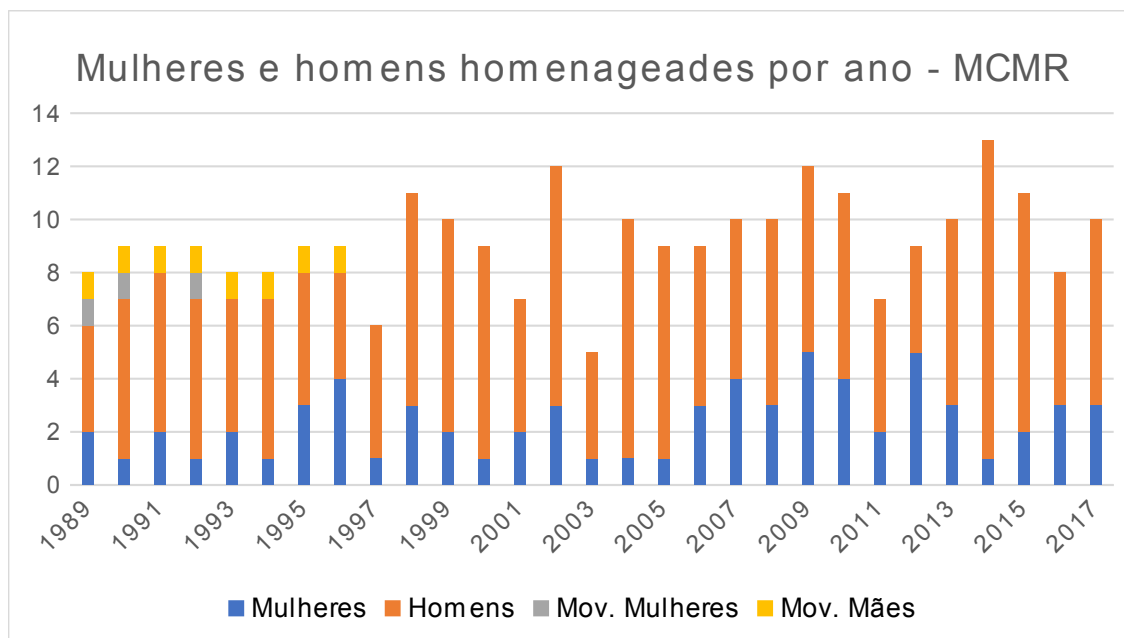
Sobre a questão de gênero, até hoje a lacuna mais grave do GTNM-RJ se dá em relação à não menção à luta LGBT. Apesar das homenagens à luta das mulheres, a análise do conjunto das três décadas nos leva à percepção de uma perspectiva ainda binária. Assim, é possível indicar também a diferença entre o número de homenageados (homens cis) e

homenageadas (mulheres cis), mesmo não podendo acessar a diferença entre hetero e homossexuais⁶.

Os critérios elaborados para a análise aqui não são rígidos, entretanto, estão em acordo com a perspectiva de autocrítica histórica, ao objetivo de construir um quadro que relacione a amplitude da noção de movimento incorporada pela MCMR e com a necessidade de expandir ainda mais o escopo dessa noção. Dizer isso significa reconhecer que a visibilidade de determinadas (e fundamentais) lutas são conquistadas pelos movimentos específicos de oprimidas e oprimidos, mesmo entre organizações historicamente comprometidas com as ações contra todas as formas de opressão⁷.

Passemos então para a análise das questões específicas⁸.

Mulheres



6 A utilização do termo *cis* se dá em função de que o que entendemos como “homem” e “mulher” não são questões naturais. Para uma primeira definição podemos considerar que uma “pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de gênero, estão ‘alinhados’ ou ‘deste mesmo lado’ – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro)” (SENKEVICS, 2016).

7 A elaboração das categorias neste artigo foi sendo modificada até chegarmos em um conjunto que pudesse contribuir melhor para a análise. De início foram levantadas 28 (um universo já restrito), até chegarmos às 11 presentes nos gráficos *Lutas* (algumas desmembradas no olhar mais aproximado das questões raciais e de gênero).

8 Estou chamando aqui de questões e não categorias, pois, as pessoas não foram homenageadas por terem determinada identidade de gênero e raça, mas sim por suas militâncias diversas, entre elas as voltadas para as questões de gênero, antirracistas.

Ao analisarmos a tabela acima não resta dúvida de uma grande discrepância entre indivíduos homens e mulheres⁹ homenageados. Com exceção de 1996 e 2012, em todos os demais anos foram homenageados mais homens do que mulheres, chegando a diferença de 12 para 1 em 2014. Este aspecto talvez pudesse ser ainda mais problematizado se fizéssemos a análise de homens e mulheres atuantes e participantes das diretorias do GTNM-RJ, que é majoritariamente composto por mulheres ao longo destes 33 anos de existência.

É necessário ainda chamar a atenção de que não há qualquer movimento ou militante LGBT, nem mesmo indivíduo atingido pela violência contra LGBTs, que tenha recebido a MCMR. Este fato faz deste parágrafo, provavelmente, o mais grave de toda a análise presente neste artigo, principalmente se levarmos em conta que o Brasil é hoje o país que mais mata transexuais no mundo, com um número que aumenta exponencialmente a cada ano, fazendo com que no ano de 2017 um LGBT tenha morrido de forma violenta a cada 19 horas, aproximadamente¹⁰. Os movimentos LGBT têm crescido nas últimas décadas, alcançando mais visibilidade a partir de suas próprias lutas e resistindo contra uma violência também crescente. Algumas conquistas também vão sendo alcançadas, como apontado por Enrique Padrós em um curto texto presente no livro de comemoração dos 20 anos da MCMR, no qual lembra que em 2001 “as organizações de direitos humanos comemoraram a primeira condenação na história de um crime de discriminação sexual [*sic*]. Dois *skinheads* foram condenados a 21 anos de prisão pela morte de Édison Neris da Silva. Nos anos anteriores, a escalada de violência contra homossexuais havia atingido níveis inéditos” (PADRÓS, 2009: p. 159). Apesar deste breve reconhecimento, é fato que as medalhas até hoje não estiveram atentas a essa realidade e lutas.

Algumas questões podem ser levantadas sobre o aparente protagonismo masculino na construção das homenagens. Levantá-las, contudo, não nos deve levar a virar os olhos para as diversas formas de silenciamento do protagonismo feminino e das violências contra a mulher. Quando olhamos para a violência de Estado, percebemos o quanto esta se abate contra uma parcela masculina de pessoas envolvidas em movimentos sociais ou moradoras de comunidades pobres

9 Estamos tomando a definição de homens e mulheres CIS, compreendendo que entre os indivíduos analisados há uma predominância (se não, totalidade) de pessoas que se identificam assim. Não é possível realizar a análise sobre orientação sexual, sem que cada uma dessas pessoas sejam entrevistadas e se autodeclarem.

10 Esses dados estão em diversas fontes, em geral produzidos por ongs brasileiras e estrangeiras, e podem ser facilmente acessados. O jornal Correio Braziliense realizou uma publicação especial que pode ser acessada em (<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>). Outra fonte importante, utilizada aqui, é a do Grupo Gay da Bahia que, há 37 anos, realiza pesquisas sobre o assunto, elaborando alguns relatórios anuais (<https://homofobiamata.wordpress.com/>).

(http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf). O fato de o Estado ter como alvo de assassinatos um número maior de homens deve ser problematizado também a partir das questões de gênero no interior dos movimentos sociais, assim como os motivos que levam jovens homens negros serem assassinados mais do que mulheres também fala sobre um lugar social ocupado por aqueles. Isso significa dizer que opressão de gênero, o machismo, a misoginia estão nas entranhas de nossas relações sociais, atravessando organizações de luta e, evidentemente, o Estado, que não deixa de ser machista, patriarcal e misógino por matar mais homens, ao contrário, tem suas formas de controle e violência contra a mulher mais solidificadas. Se pensarmos na atuação das mães de vítimas de violência estes aspectos ficam mais evidentes, revelando ainda que é à mulher, em geral, que está reservado esse lugar de cuidar da família, mesmo quando esse cuidado necessita se transformar nas lutas mais aguerridas contra o Estado.

Façamos o exercício a partir de agora de juntar indivíduos e movimentos, o que aproximará, por vezes, o total de mulheres e lutas protagonizadas por estas ao total de homens. Mesmo assim, adiantamos que a discrepância não será alterada, ainda mais considerando cada indivíduo de algumas das homenagens coletivas que são “computáveis”, tornando essa questão um objeto de necessária avaliação política.

No primeiro ano da MCMR foi homenageado o Grupo de Madres e Familiares Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Neste perfil, foram homenageadas também a FEDEFAM em 1990 e a ASFADDES em 2005. A primeira, além de ter *Madres* em seu nome, tem uma participação majoritária de mulheres, como comprova a biografia escrita por Oscar Destouet, que, falando sobre os 34 uruguaios sequestrados pela Operação Condor, afirma que seus “companheiros de militância, seus amigos e fundamentalmente suas mães foram a ponta de lança da denúncia e da busca da verdade ao longo de mais de 30 anos”. Destouet termina seu verbete registrando que “Luz, Violeta, Milka, María Ester, René, Hortensia, Amalia, Blanca, Quica, Avelina, Tota, Luiza, Sara, Irma, María, Ruth, são alguns nomes emblemáticos da luta das mães. Tiveram a coragem e a necessidade de ser fundadoras.” (DESTOUET, 2009: p. 19). Sobre a FEDEFAM, a militante alemã de DH Christine Klissenbauer relata:

Meu primeiro encontro com a Fedefam foi (...) em novembro de 1987. Nunca na minha vida esquecerei as profundas impressões que tive no contato direto com mulheres tão sofridas e ao mesmo tempo cheias de força e valor como ‘Carmem’ que havia perdido um filho e uma filha por desaparecimento forçado, ou Alicia que levava a imagem de seu filho em seu peito, desaparecido/assassinado de 15 anos. E eram muitas mães e esposas mais (KLISSENBAUER, 2009: p. 33).

Esse é também o caso da ASFADDES da Colômbia, formada majoritariamente por mulheres que tiveram filhos, esposos, irmãos e pais desaparecidos por paramilitares, pelas Autodefesas Unidas da Colômbia e militares. (ASFADDES, 2009: p.216). O protagonismo das mães em lutas sociais contra a violência não apenas se fará sentir em homenagens às entidades internacionais, mas também às do Brasil. Em 1993 foram homenageadas com MCMR as *Mães de Acari*, um movimento formado por mães que três anos antes haviam perdido seus filhos, “sequestrados no sítio da avó de um deles, em Magé-RJ, para onde haviam viajado para fugir de policiais que estavam tentando extorquir dinheiro de alguns deles” (ARAÚJO, 2009: p.72). Foi em janeiro de 93 que Edméia, mãe de Luiz Henrique, foi assassinada ao sair de um presídio, onde fazia investigações por conta própria. Esse assassinato é significativo em muitos aspectos. Agentes do Estado são acusados de extorquir e sequestrar jovens *cidadãos* (para usar o termo que do *status quo* para *conceder dignidade* à um ser humano); o Estado não empenha esforços necessários para resolver o caso; as mães, “vítimas”, mais uma vez são responsáveis por produzir as provas; essas mesmas se tornam alvo da violência com indícios de participação, novamente, de agentes do Estado.

A Anistia Internacional relatou em 1994 que os sequestradores haviam sido identificados pelo setor de inteligência da Polícia Militar como sendo policiais do 9º Batalhão de Polícia Militar (...) e como detetives (...) da 39ª Delegacia da Pavuna. Segundo denúncia, alguns desses policiais seriam integrantes de um grupo de extermínio denominado Cavalos Corredores (ARAÚJO, 2009: p.72).

Em 1995 foram homenageadas as *Mães da Cinelândia*, que se reúne em torno de uma luta pela resolução dos desaparecimentos de suas filhas, entre 8 e 12 anos de idade, todas “de família de baixa renda, estudantes, residindo com seus familiares” (MÃES DA CINELÂNDIA, 2009, p. 96). Depois o movimento se amplia com a entrada de mães de meninos desaparecidos. Se considerarmos esta organização na contagem de mulheres homenageadas, neste ano, o número se igualaria com o dos homens (5 de cada) e, em seguida teríamos 4 de cada em 1996. Infelizmente não seria o início de uma tendência a equilibrar as homenagens a mulheres e homens, voltando a uma diferença grande em 1997, ano que homenageou 5 homens e apenas uma mulher. Neste ano, houve ainda duas homenagens coletivas: aos três argentinos desaparecidos no Brasil em 1980 e excluídos da Lei 9.140/95 e aos jornalistas responsáveis pela reportagem *Guerrilha do Araguaia*, em 1996. Assumindo nominalmente cada uma das pessoas homenageadas a diferença se tornaria percentualmente menor (10 homens e 4 mulheres) mesmo assim ainda bastante grande. Alterações como essas acontecerão em 2003, 2009, 2010,

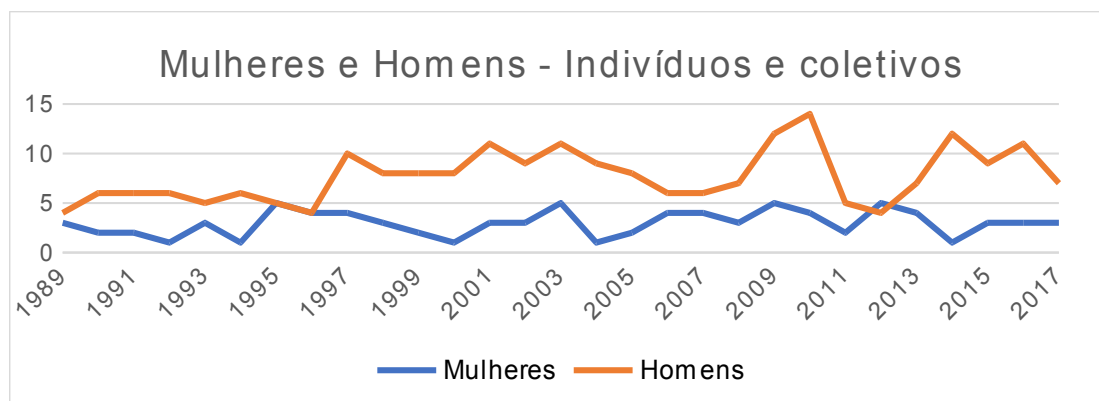
Em 2001 recebeu a MCMR o *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas*, criado em 1975 “por mulheres de todas as cores, tendências religiosas e ideológicas, muitas das quais já vinham lutando contra a ditadura, em defesa de suas vítimas. Algumas tinham sido vítimas, elas próprias, seus familiares e amigos, por suas ideias e reprimidas barbaramente” (SILVEIRA, 2009: p. 168). Se cruzarmos, porém, as homenagens coletivas deste ano, veremos que foram homenageados seis presos políticos do MST, de Boituva/SP; todos homens.

Em 2006 foram homenageadas as *Mães do Degase*, (o *Movimento Moleque*), formado por mães engajadas em denunciar e transformar a realidade do, assim chamado, sistema socioeducativo. O *Moleque*, assim

como a Amar/SP, as Madres de La Plaza de Mayo, as Mães de Acari, lutam por pessoas consideradas ‘perigosas’, classificados como bandidos ou subversivos, e para quem uma parte considerável da sociedade justifica o extermínio, o confinamento e o sofrimento. São vozes cujos gritos muitas vezes são abafados pela história oficial (...) (OLIVEIRA, 2009: p. 236)

As *Mães de Maio*, de São Paulo, foram homenageadas em 2013. O movimento foi organizado em 2006, após um dos episódios mais marcantes da violência de Estado no Brasil, com o assassinato de dezenas de pessoas por policiais, pelas ruas da capital paulista – assim como a chacina da Baixada Fluminense, em 2005. Até hoje forma uma rede com objetivo de “preservar a memória das lutas das populações negras, indígenas, pobres e dos movimentos sociais (...) clamar por justiça e liberdade para os trabalhadores e para as classes populares. Não lutam apenas pelos mortos e desaparecidos dos crimes ocorridos em maio de 2006, em abril de 2010 e em 2012 em São Paulo. Lutam por todos que sofrem massacre contínuo pelo Estado brasileiro e seus agentes” (<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2013/>)

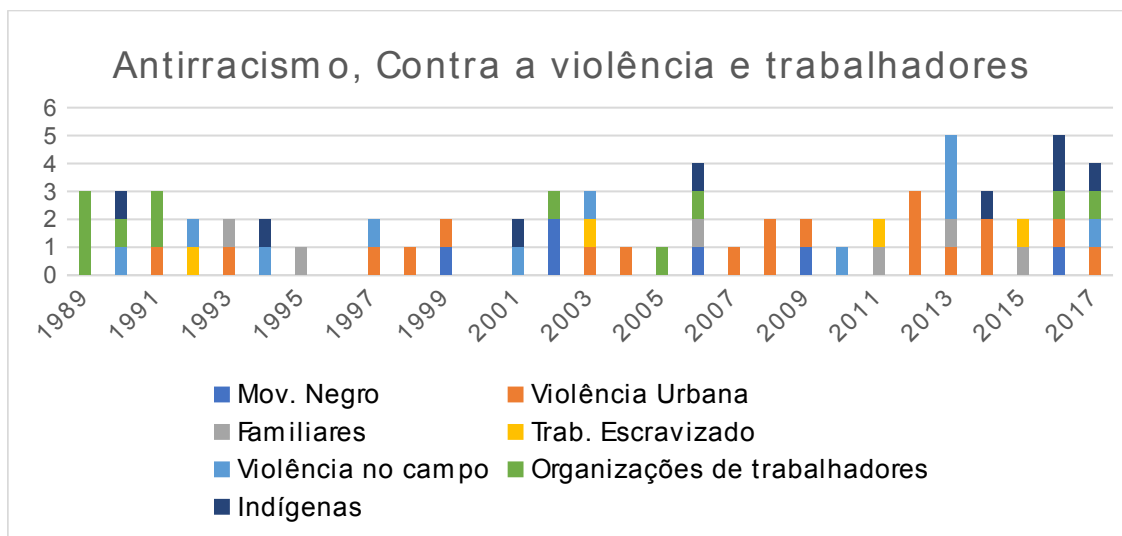
O gráfico abaixo procura cruzar essas informações.



Se há os movimentos de mulheres e mães que representam um protagonismo feminino coletivo, por outro lado, ao homenagearmos jovens assassinados pelas polícias brasileiras, aumentamos o número de homenageados homens em função destes serem os alvos “preferenciais” de um Estado racista. As lutas pela justiça, nestes casos, são levadas em frente, em geral, exatamente por suas mães. É o caso da homenagem em 2004 aos quatro jovens assassinados pela polícia no morro do Borel, no Rio de Janeiro, evento que deu início ao movimento *Posso me identificar?*, logo depois constituindo a Rede de Comunidades Contra a Violência (*Rede*).

2012 foi o ano em que mais mulheres do que homens foram homenageadas. Uma pequena diferença, de 5 para 4. Este foi um ano significativo para todo o debate que procuramos provocar aqui. As cinco mulheres são: a guerrilheira desaparecida do Araguaia, Maria Célia Corrêa; as militantes de movimentos de mulheres – entre outros – Maria Augusta Tibiriçá e Moema Toscano e; duas importantes militantes contra a violência policial e pelos DH no Rio de Janeiro, Márcia Honorato e Deize Carvalho. Márcia, após uma trajetória ligada aos DH e sendo moradora da Baixada Fluminense, se engaja na *Rede* após a chacina Baixada de 2005, em que 29 pessoas foram assassinadas por PMs. Deize, que “nasceu e cresceu na comunidade do Cantagalo, no Rio de Janeiro, (...) que seus avós, descendentes de escravos, ajudaram a fundar”, perdeu seu filho Andreu, em 1º de janeiro de 2008, “barbaramente torturado e assassinado (...) nas dependências do (...) DEGASE”. A partir daí inicia uma luta em que “a presença e indignação dos jovens de sua comunidade”, a fizeram “perceber que a história de seu filho não era uma história particular ou excepcional e que a luta por justiça no caso de Andreu é uma luta por toda a juventude pobre e criminalizada” (<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2012/>). Passemos enfim ao próximo ponto, intimamente ligado a este.

Questão racial



Em relação à luta antirracista verificaremos que muito poucos são os homenageados diretamente em função desta. Apesar disso, não é possível afirmar que são poucas as pessoas negras homenageadas e, se tomarmos as lutas contra a violência de Estado que se abate contra a maioria de trabalhadores negros e também as homenagens às próprias organizações de trabalhadores, teremos um universo bem maior de homenagens. Essa ampliação pode, por um lado, ser vista como uma tentativa de eximir o GTNM-RJ e as demais entidades promotoras da Medalha da pouca atenção dada contra o racismo. Por outro lado, precisamos considerar na história do Brasil que determinadas lutas foram (e são) protagonizadas por negros e indígenas, assim como são também estes atingidos preferencialmente por ações de um Estado racista. A questão racial pode, assim, ser percebida em muitas biografias de homenageados que não estão diretamente ligados à luta antirracista. Não incluímos aqui, para efeito de análise da presença da luta antirracista, os homenageados católicos, porém, esse elemento reaparecerá constantemente, como em 1990 com a medalha concedida a Dom Mauro Morelli que, além da importância para as lutas de trabalhadores da Baixada Fluminense, participou “na luta contra o racismo, somando-se aos milhares de manifestantes na marcha sobre o Washington, liderada por Martin Luther King” (DOM MAURO MORELLI, 2009: p. 31). Exemplo ainda mais significativo seria o do padre francês François l’Espinay. Este, após ter sido expulso do cargo de capelão-chefe do exército francês em 1962 por denunciar as torturas cometidas na Argélia, seguiu para a América Latina dando apoio aos perseguidos pelas ditaduras. A partir de 1974 passou a morar em Salvador e “desenvolveu um trabalho de apoio às tradições do Candomblé” (PADRE FRANÇOIS

MARIE DE L'ESPINAY, 2009: p. 190), tendo sido iniciado em 1976 no Axé Opô Aganjú, em Lauro de Freitas (LOBO, 2009: p. 190).

Para François a luta contra a tortura estendia-se também a outras formas de tortura inoculadas no dia-a-dia, na humilhação do preconceito (...). morreu no dia 18 de dezembro de 1985. (...) enquanto nas igrejas de Salvador rezavam-se missas na intenção de sua alma, os tambores do Candomblé soaram por sete dias em sinal de luto pelo Mogbá de Xangô Aganjú (PADRE FRANÇOIS MARIE DE L'ESPINAY, 2009: p. 190)

Percebemos, contudo, que no Brasil a defesa dos Direitos Humanos envolve-se diretamente com o antirracismo que, por isso mesmo, aparece e é reconhecido muitas vezes, mesmo quando essa não é a questão central das homenagens.

Como o estágio desse levantamento é ainda inicial, não estamos incluindo nem mesmo àqueles que foram homenageados por lutas ainda contra a ditadura, mesmo que o perfil nos levasse à incluir, caso a luta se desse em função de outro período histórico, como é o caso operário negro Santo Dias da Silva, “lavrador, colono, diarista, tratorista, boia fria nas terras roxas e trabalhador metalúrgico”, homenageado também em 1989, ou ainda do comunista negro baiano, guerrilheiro, Carlos Marighella, homenageado em 1994. É o caso também de João Alfredo Dias, conhecido também como Nego Fuba, “sapateiro e camponês, organizador das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, (...) militante do Partido Comunista Brasileiro”, sequestrado e desaparecido pela ditadura em agosto de 1964. Como as múltiplas determinações das experiências se cruzam e nos impedem de determinar com precisões cirúrgicas os perfis de lutas e lutadoras/es, as contradições aparecerão. Para iniciarmos essa análise, optamos por incluir, além de indivíduos e movimentos ligados diretamente às lutas indígenas e negras antirracistas (movimento negro), os seguintes perfis: lutas contra a violência (no campo e na cidade); familiares de vítimas do Estado; organizações de trabalhadores; luta contra o trabalho escravizado contemporâneo. Casos de indivíduos em que a identidade étnico-racial estiverem explicitadas nas biografias da Medalha, também estão inseridos nas lutas coletivas específicas.

Levando em consideração os critérios expostos acima, em 1989, por exemplo, estaremos considerando os STRs de Xapuri, de Cabo Frio e Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, por se tornar difícil não vincular no Brasil determinadas lutas de trabalhadores à população negra e indígena como protagonistas. Não incluímos, contudo, Elizabeth Teixeira¹¹ (PB) e Manoel Ferreira de Lima (Magé-RJ)¹², por serem homenageados

11 No caso de Elizabeth Teixeira seria ainda necessário saber como a mesma se considera em termos étnico-raciais. Seu marido assassinado, João Pedro, era um camponês Paraibano negro.

individualmente e sem menção a qualquer luta e identidade racial, mesmo que as lutas que representassem fossem majoritariamente de trabalhadoras/es negras/os. Em relação à luta pela terra no Brasil, talvez na região sul ela não esteja tão fortemente vinculada às lutas históricas da população negra, contudo, mesmo nessa região de tão intensa presença de colonos camponeses pobres europeus, seja imprudente não vincularmos às lutas negras e indígenas. Fazer isso seria reforçar um estereótipo e silenciamento das lutas e dos genocídios nessa região do país.

Em 1990 o seringalista negro Wilson de Souza Pinheiro está incluído na categoria *violência no campo*. O seringalista, “em 1979 liderava uma comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre para apaziguar a luta entre Apurinãs e os parceiros que o Incra havia metido em território indígena; [gerando] assim, o embrião do que, mais tarde, vingará como Aliança dos Povos da Floresta” (WILSON PINHEIRO, 2009: p.27). Wilson foi lixeiro em Manaus (AM), garimpeiro em Porto Velho (RO) e seringueiro no Acre, sendo fundador do primeiro STR do Estado, na cidade de Brasiléia, foi assassinado por latifundiários em 1980.

Outro caso que é impossível de separar do antirracismo é a homenagem, em 1991, ao militante negro Volmer Nascimento, coordenador do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Rio de Janeiro (VOLMER NASCIMENTO, 2009: p.45). “Volmer do Nascimento, negro, pobre, filho de família numerosa poderia ser apenas mais um registro nas estatísticas que se produzem nas intermináveis pesquisas sociais produzidas ao longo dos anos e séculos. Porém, com a força de sua raça e ideais, se impôs na contracorrente da lógica da exclusão” (NICODEMOS, 2009: p.45) Em termos individuais, no gráfico das lutas dos homenageados, Milton Santos está relacionado em movimento negro, apesar de não ter recebido sua medalha especificamente pela luta contra o racismo, nem ser essa questão central da trajetória do mais importante geógrafo brasileiro, intelectual preso e exilado pela ditadura. A importância de Milton Santos, entretanto, enquanto intelectual negro brasileiro, é tão grande que, dentro do debate que aqui nos propomos, seria imprudente diluí-la em qualquer outra categoria. Mais diretamente ligado ao movimento negro está o homenageado de 2009, Abdias Nascimento. Abdias é daqueles que dispensam apresentações, tendo militado contra o racismo e pela afirmação e direitos da cultura negra desde a década de 1920, participando e sendo protagonista de diversas lutas.

12 Que não era negro, entretanto, a luta que representa nesta região está intimamente ligada às condições de vida da população negra.

Se podemos afirmar que, no Brasil, a violência de Estado historicamente se abateu contra negros e indígenas, esse fato é gritante no caso dos milhares de assassinatos de jovens nas cidades. A violência urbana é evidentemente racista e isso se traduz nos discursos e nas formas como se constituem os movimentos protagonizados por suas maiores vítimas e familiares. Desta forma, não é possível deixar de incluir as Mães de Acari no campo de luta antirracista; mães que perderam seus 11 filhos, em 1990. Jovens, como muitos outros, mortos e desaparecidos do período dito democrático. Três anos depois, a favela de Vigário Geral “foi invadida por um grupo de policiais civis e militares (cerca de 40) encapuzados e fortemente armados, que surgiram arrombando casas e atirando para todos os lados” (MORTOS NA CHACINA DE VIGÁRIO GERAL, 2009: p.193), assassinando 21 pessoas. Em 2003, policiais militares executaram sumariamente quatro jovens no morro do Borel, dando início a uma luta protagonizada pelas mães e outros familiares. “Reuniram-se em assembleias, convidaram outras favelas e também pessoas do ‘asfalto’, redigiram um documento (...) e fizeram uma grande marcha, com mais de cem mil pessoas, em silêncio, (...) pela Conde de Bomfim, principal avenida da Tijuca” (CAMPOS, p.210).

Em 2002 duas homenagens merecem ser pontuadas. Ao procurador da República, Luiz Francisco Fernandes de Souza, que, entre diversas outras ações, militou “no Movimento Negro Unificado/DF, onde foi secretário geral do Grupo de Trabalho Olho Africano” (DR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA, 2009: p.178). A outra homenagem trata-se da concedida ao sindicalista assassinado em 2001, Aldanir Carlos dos Santos. “Sempre orgulhoso de sua etnia negra, Aldanir foi um dos fundadores do MNU – Movimento Negro Unificado – membro do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e fundador do Coletivo Anti-Racismo da CUT tendo chegado a ocupar a Secretaria contra a Discriminação Racial da Federação” (GENTIL, 2009: p.186).

Em 2006 foram homenageadas pessoas e organizações que aqui consideramos importantes de estarem vinculadas à questão racial por motivos diversos. A coordenação regional do MST de Pernambuco, que, além de ser uma organização de trabalhadores, se descrevem como um “movimento herdeiro e descendente de várias lutas históricas, como a luta dos Quilombolas realizadas pelos escravos, das Ligas Camponesas e de tantas outras lutas desenvolvidas contra o domínio do latifúndio no estado de Pernambuco e de grandes lideranças, tais como: Zumbi dos Palmares, Francisco Julião, Gregório Bezerra e Dom Hélder” (COORD. REG. DO MST/PE, 2009: p.238). Foram também homenageadas as *Mães do Degase*, já comentadas no debate sobre gênero e que engrossam de maneira importante

esse cruzamento entre as duas questões. Outro homenageado foi João Cândido, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata e um dos principais símbolos da luta contra o racismo no Brasil. Por fim, nesse mesmo ano ganhou a MCMR a *longko* (líder política indígena) mapuche, Juana Paillalef, que, em “sua vinda ao Brasil (...) nos mostrou as marcas de sua tortura” (FERRAZ, 2009: p.234). Esta homenagem reforça uma perspectiva internacional de luta contra a violência racista, neste caso do Estado chileno que, para garantir os interesses de empresas multinacionais interessadas nos recursos naturais das terras mapuche, violenta diariamente essas populações tradicionais.

Em 2014 entre os homenageados temos dois trágicos casos, símbolos da luta contra a violência racista do Estado hoje. Amarildo, mais um dos desaparecidos da democracia e Rafael Braga, preso (até hoje), para o judiciário dar o exemplo público, internacional, escrachado, de que pode prender alguém por ser negro, pobre e “estar no lugar errado, na hora errada”. Com esses dois casos, pela (justa) força que tomaram – e que deve ser ampliada – nos últimos anos, podemos caminhar para o desfecho do artigo que já se aproxima de seu limite de tamanho.

Cruzamentos e alguma consideração afinal

Os breves apontamentos realizados neste artigo, podem ser vistos por alguns ângulos. Dois deles nos interessam aqui, e são ângulos que olham um mesmo ponto. Uma parte do reconhecimento de que as questões de gênero e raciais não se fizeram centrais nos debates de elaboração das MCMR, porém, estiveram presentes ao longo dos anos, por vezes com homenagens à pessoas e coletivos de movimentos de mulheres, negros e indígenas, mas, na maior parte das vezes, de forma tangencial, a pessoas e organizações que se ligam às questões étnico-raciais e de gênero por força da realidade, da luta. O outro ponto nos faz perceber que a luta dos DH, especialmente com a clareza de que é uma luta contra a violência de Estado, segue na direção das lutas antirracistas e contra as diversas formas de violência de gênero. Esse ponto está expresso na leitura possível – e aqui realizada de forma bastante parcial – de que os protagonismos das lutas contra o Estado são de sujeitos com classe, identidades raciais e de gênero definidas, da mesma forma como as lutas solidárias também estão voltadas contra as explorações e opressões de classe, raça e gênero. Não custa reforçar o quanto se cruzam, tão marcadamente, nos movimentos de mães.

A luta segue e ainda há muito o que transformar no mundo e no mundo que há em nós. Ou, nas palavras da homenageada Elizabeth Teixeira: “Por isso companheira, é que eu digo sempre... Por mais árdua que seja a luta, maiores serão as nossas conquistas para o

futuro, mas como estamos vivendo o presente, pé na estrada e vamos de encontro a nossa felicidade e a felicidade de nosso *POVO*". (Carta de Elizabeth Altina Teixeira à Cecília Coimbra, em 03/10/1989; grifo da autora).

Referências Bibliográficas

AQUINO, Rubim S. L. de. *A Medalha do Pacificador: A Guerra Fria esquentava o mundo e o Brasil*. In: COIMBRA, Cecília M. B.; BULCÃO, Irene; e AQUINO, Rubim S. L. (orgs.) 20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

CHACON, Clarisse S. *O recrudescimento do extermínio da população jovem e negra no Rio de Janeiro: um panorama da violência policial nos governos Cabral e Pezão*. In: PESTANA, Marco M.; COSTA, Rafael M. de C.; OLIVEIRA, Tiago B. de (orgs.) Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

COIMBRA, Cecília M. B. e LEITÃO, Beatriz B. S. *Fluxos de utopia ativa: movimento zapatista, direitos humanos e psicologia*. In: MOURÃO, Janne C. (org.) Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009

COORD. REG. DO MST/PE. (Verbete) In: COIMBRA, Cecília M. B.; BULCÃO, Irene; e AQUINO, Rubim S. L. (orgs.) 20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009

DESTOUET, Oscar. Madres coraje. Madres de la dignidade. (Verbete) In: COIMBRA, Cecília M. B.; BULCÃO, Irene; e AQUINO, Rubim S. L. (orgs.) 20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

SENKEVICS, Adriano. O que é uma pessoa cis e cissexismo? In: https://www.geledes.org.br/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/?gclid=Cj0KCQiAwp_UBRD7ARIsAMie3XbTxq4pNj0wgBbglvXqqxH3FklCXyuJ8p6WUn_aordMSDJX0iojtLwaApGdEALw_wcB.

SOUZA, Adriana B. de *et al.* (orgs.) *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOLMER NASCIMENTO. (Verbete). In: COIMBRA, Cecília M. B.; BULCÃO, Irene; e AQUINO, Rubim S. L. (orgs.) 20 anos da Medalha Chico Mendes de Resistência: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

Fontes e sites:

MORAES, João Luiz de. Projeto de concessão da Medalha Chico Mendes de Resistência. 10/03/1989. Arquivo do GTNM-RJ.

TEIXEIRA, Elizabeth Altina. Carta à Cecília Coimbra. 03/10/1989. Arquivo do GTNM-RJ.

Jornal do Brasil, 08/07/1989

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200714.htm>.

<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>

<https://homofobiamata.wordpress.com/>

http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2012/>

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2013/>

<https://anistia.org.br/noticias/ataques-letais-mas-evitaveis-assassinatos-e-desaparecimento-de-defensores-dos-direitos-humanos/>

Rafael Maul de C. Costa: Professor Adjunto do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutorado, Mestrado e Graduação em História pela UFF. Membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. E-mail: rafamaulc2@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

COSTA, Rafael Maul de C.. A Medalha Chico Mendes de Resistência: Apontamentos. **Revista Transversos. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”**. Rio de Janeiro, nº. 12, pp. 110-133, Ano 05. abr. 2018. Disponível

em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.
DOI: 10.12957/transversos.2018.33654

